

FILOSOFIA, ENSINO E REALIDADE EDUCACIONAL

Lucineide dos Santos Pereira¹

Resumo

O nosso artigo pretende analisar o histórico da oferta da disciplina Filosofia no ensino secundário, desde os anos 60 aos anos 90 do século passado, enfatizando um momento extremamente difícil da história do Brasil, o golpe militar de 1964, e as conseqüências desse golpe na sociedade brasileira, dentre elas a supressão da Filosofia do currículo escolar nos anos pós-golpe até os anos 80. A proibição do ensino de Filosofia deveu-se a uma reforma educacional realizada pelo governo militar no ano de 1971, cujo resultado foi um fracasso, uma vez que investia tão somente num ensino profissionalizante, no qual não havia espaço para as disciplinas de humanidade. Nos anos 80, diante da situação difícil do ensino secundário, vários Estados brasileiros retornam, de forma optativa, com a oferta da Filosofia na grade curricular desse nível de ensino, a fim de possibilitar aos alunos uma reflexão crítica da realidade vivenciada por eles, além de fornecer-lhes instrumental metodológico, lógico e conceitual, notadamente por meio do estudo dos pensadores da História da Filosofia, para a elaboração de uma redação formal condizente. Finalmente, a disciplina de Filosofia, pelas possibilidades de sua atuação no ensino médio, torna-se obrigatória, conforme Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sancionada em 2008.

Palavras-chave: Supressão da Filosofia. Ensino da Filosofia. Obrigatoriedade do ensino de Filosofia.

1 INTRODUÇÃO

Pretende-se discutir a importância da disciplina Filosofia nos currículos escolares do ensino fundamental e médio, notadamente a partir da exigência da Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tornou obrigatório o seu ensino, bem como o de Sociologia, nas escolas públicas e privadas de todo o país. Com essa obrigatoriedade, depois do ensino da Filosofia ficar afastado dos componentes curriculares escolares desde os anos 1960 até 2008, salvo em alguns estados brasileiros, nos quais a disciplina Filosofia era ministrada, optativamente, novos desafios se apresentam: a quantidade de professores aptos a lecionar a disciplina; o conteúdo a ser desenvolvido; como desenvolvê-lo etc. Depois dos anos de afastamento, de cerceamento de um pensar sobre a realidade brasileira de forma crítica, sem adesão aos homens que detinham o poder, do esvaziamento dos

cursos de formação universitária em Filosofia, do esquecimento do seu trabalho metodológico, que pode ser utilizado para a vida acadêmica e pessoal do estudante, o retorno da Filosofia, necessário, ocasiona novos problemas e questionamentos, dentre eles a baixa oferta de professores aptos ao seu ensino diante da demanda necessária desses profissionais em sala de aula. Estes e outros aspectos são necessários serem pensados, principalmente, o seu exercício pedagógico. Portanto, a fim de discutirmos essas questões, mesmo que brevemente, pretendemos realizar um pequeno histórico do ensino da Filosofia no período que compreende os anos 60 do século passado até os dias de hoje, o motivo, a necessidade de educadores clamarem pelo retorno da disciplina Filosofia no ensino brasileiro, e, fundamentalmente, algumas concepções de professores de Filosofia sobre a contribuição que o estudo filosófico fornece àqueles que têm um primeiro contato com a disciplina,

¹ Especialista em História e Ensino de Filosofia pela Fundação Francisco Mascarenhas (FIP). Graduada em Pedagogia em Regime Especial pela UVA. Graduanda em Filosofia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB.

notadamente, a assimilação de uma “língua da segurança” e o despertar o pensamento para novas perspectivas de compreensão do mundo e seus fenômenos.

2 A SUPRESSÃO DA DISCIPLINA FILOSOFIA NOS ENSINOS DE 1º. E 2º. GRAUS DURANTE O REGIME MILITAR

O golpe militar de 1964 acarretou profundas modificações na sociedade brasileira, não só no referente ao campo político, mas também na estrutura do ensino proposto pelo Ministério da Educação (MEC) às escolas brasileiras. Nesse sentido, além das perseguições e banimentos dos professores e intelectuais brasileiros que reagiram contrariamente ao golpe militar, a Filosofia e Sociologia, disciplinas que provocavam, por sua metodologia e constituição interna, uma reflexão crítica, ou seja, pensar os modos sociais, políticos, éticos, das cidades e do país, denunciando discursos ideológicos, constatando os problemas e exigindo soluções, elas, pouco a pouco, foram alijadas do ensino ministrado nos vários níveis de formação escolar do Brasil. Não podemos nos esquecer das invasões das universidades brasileiras, com ênfase para a Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e Rio de Janeiro e Universidades Federais, por tropas de segurança das forças armadas, a fim de prender professores que eram críticos ao golpe militar e desejavam rumos sociais, econômicos, educacionais e políticos diferentes para o país. Aos poucos, não se toleraram mais disciplinas que

provocavam a análise da conjuntura do país, do discurso ideológico dos líderes militares e civis do regime militar, do cerceamento da liberdade de expressão e de reunião. As portas foram fechadas, o pensamento distinto em relação ao que era considerado adequado, pelos generais presidentes e sua camarilha, foram cerceados. Assim, nos anos 1960 até os meados dos anos 1973, a filosofia e sociologia deixam a cena educacional para tornarem-se clandestinas na nova forma de ensino propugnada pelo MEC, ainda mais depois da reforma de ensino realizada por esse órgão em 1971², criando o denominado ensino profissionalizante, acabando com o modelo do ensino do normal e do científico. A partir disso, o estudo e o ensino de Filosofia tornam-se reclusos no interior das Universidades, notadamente, a USP, as diversas PUC e Universidades Federais, cenários que concentraram a resistência ao regime das armas; espaços de organizações estudantis, de debates acadêmicos e políticos sobre os rumos que o país estava seguindo e a busca de alternativas para a retomada do estado democrático. Entretanto, atento a essas atividades denunciadas pelos informantes do serviço de inteligência ligados às forças armadas, o regime militar desencadeia uma repressão mais forte nas universidades, buscando o controle das atividades realizadas nas mesmas, criando as ASIS (Assessorias de sistemas de informações), cuja finalidade maior era elaborar dossiês de docentes, funcionários e alunos, registrando os atos realizados por esses. Dependendo da análise desses atos e do suposto perigo que traziam ao regime de exceção criado pelos militares, esses profissionais poderiam ser presos pelos vários órgãos de segurança que

² Lei 5692/71, introduzida no auge da repressão política, quando o Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, egresso dos quartéis pra o Ministério do Trabalho e deste para o MEC, faz a reforma de ensino. Dentre as conseqüências dessa reforma, a instituição de apenas três campos de conhecimentos em que se classificam as matérias do núcleo comum – ciências, estudos sociais e comunicação e expressão (NIELSEN NETO, 1986, p. 21-22).

Ou seja, a filosofia e a sociologia desaparecem da grade escolar do 1º. E 2º. graus, substituídas por disciplinas modeladas pelos ideólogos do regime militar como: Educação Moral e Cívica, OSPB (Organização Social e Política do Brasil) e EPB (Estudos de Problemas Brasileiros).

existiam à época, dentre eles a Polícia Federal, o DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) e outros. Essas prisões, ameaças a professores e alunos, pioraram depois dos vários atos de exceção criados pelo regime militar para combaterem as resistências ao golpe: o AI-5, o Decreto 477, proibindo aos estudantes criarem Diretórios Acadêmicos, de se associarem em grupos e realizarem atos políticos dentro das Universidades. Em todo esse contexto, o ensino de Filosofia, como não poderia deixar de ser, sofreu impactos negativos, ou seja, a não discussão de autores considerados subversivos pela nova política de segurança nacional elaborada pelos militares, além da perda de diversos professores que foram afastados do ensino, de suas cátedras, pela aposentadoria compulsória, sem qualquer direito de defesa, salário e outras prerrogativas de um estado de direito (direito à expressão, de ir e vir sem obstáculos etc). Mesmo assim, os professores de filosofia, uns mais cautelosos e outros menos, ministraram a disciplina de Filosofia, notadamente, aqueles autores mais importantes da História da Filosofia. Por que, ainda, o regime militar acabava aceitando esse ensino? A impressão que fica é que eles não tinham um aparato maior que propiciasse o controle efetivo de todas as formas de ensino. Além disso, a Universidade, fechada em seu reduto e isolada da sociedade, por um cinturão de segurança em sua volta, fazendo que as discussões ficassem reclusas em seu interior, o aparato de segurança dos generais militares, preocupava-se mais com as atividades políticas clandestinas de políticos cassados, da resistência armada ao regime militar e outros aspectos de ordem social e econômica. Não é à toa que o Professor Maurício Tragtemberg em sua obra “O poder sem saber e o saber sem poder” (1982) demonstra um Poder militar, truculento em todos os aspectos, sem o devido saber; e o Saber das

Universidades sem poder se contrapor ao regime de exceção por não ter um Poder.

O resultado da reforma de ensino introduzida pela Lei 5692/71 é a substituição do ensino de Filosofia, conforme Nielsen Neto (1986, p. 15)

É filosofia que dá ao aluno o instrumento para interpretar o mundo. Ele aprende que o repertório das pessoas é sua visão de mundo; cada classe vê a realidade conforme a sua posição na hierarquia social; muitas vezes aquilo que nos mostram não é o que nos convém ver,

ainda,

Quantas vezes, nesses últimos anos, os nossos professores de EMC e OSPB não nos alertaram sobre o perigo de uma invasão comunista no país? Quantas vezes a TV não veiculou máximas de que é preciso ter Segurança para termos desenvolvimento? Quantas vezes não aclamaram: ame-o ou deixei-o! Só a Filosofia desmascara essas afirmações. Só a Filosofia desvela quais seriam essas intenções.

3 O RETORNO DO ENSINO DE FILOSOFIA NAS ESCOLAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nos anos 80, mesmo com a truculência do aparato de segurança dos militares, a resistência popular (operários, profissionais liberais, professores, estudantes, artistas etc) foi aumentando, provocando movimentos de contestação ao regime militar e solicitando liberdades individuais, políticas, sindicais e estudantis. Na esteira dessa resistência enfatizamos

as passeatas estudantis pelas cidades do país, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, greves dos metalúrgicos em Osasco e no ABC, o aparecimento da liderança de Luis Inácio da Silva (Lula), da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e, depois da queda do bipartidarismo entre ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), o surgimento de novos partidos políticos como o Partido dos Trabalhadores (PT) e outros. Alguns acontecimentos políticos, destacadamente, a morte de Vladimir Herzog (jornalista da TV Cultura de São Paulo) na cela do DOI-CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) na região do Ibirapuera, em São Paulo, e do metalúrgico Manuel Fiel Filho, começaram a pressionar o governo militar do General Geisel, inclusive, culminando, posteriormente, com o movimento de Diretas Já para Presidente da República, levando-o a iniciar a abertura do regime político no Brasil, a chamada distensão política, finalizando com a queda do bipartidarismo e a eclosão de novos partidos políticos. A essas questões políticas soma-se o fracasso dos ensinos de 1º. e 2º. Graus, nos moldes da reforma educacional de 1971, ocasionando uma nova reforma, que permitisse, ainda que não obrigatoriamente, o retorno da filosofia aos currículos escolares, de acordo com a decisão de cada escola. Assim, o Estado de São Paulo, apoiado pela Secretária Estadual de Educação, principalmente a cidade de São Paulo, foi um dos locais na qual a Filosofia retorna aos ensinos de 1º. e 2º. Graus.

Ao mesmo tempo, que esse retorno era mais do que bem-vindo, uma demanda das escolas do Estado de São Paulo, bem como o conteúdo mais adequado para serem ministrados aos alunos do ensino secundário, uma vez que os formandos em filosofia, em número bem reduzido (às vezes, como

no Departamento de Filosofia da USP em 1985, dois alunos concluíram naquele ano), tiveram uma formação mais voltada para a área acadêmica universitária e pesquisa, justamente porque, até então, não havia outro espaço de atuação na área de ensino, culmina com a realização, inicialmente na cidade de Santos, em 1985/1986, do I e II Encontros Estaduais de Professores de Filosofia, a fim de aperfeiçoarem uma metodologia para o Ensino da disciplina. Sobre a importância da Filosofia, Nielsen Neto, afirma: “[...] da importância da Filosofia, não só como disciplina normativa imprescindível para proporcionar ao aluno um raciocínio metódico, sustentado num repertório cultural humanístico, que lhe permita compreender o mundo que o cerca” (1986, p. 13). Naquele momento, um diagnóstico era complicado, e que perdura ainda hoje, a saber:

Hoje somos mais de 1.000 professores lecionando Filosofia, desses cerca de 70% com formação específica; alguns não habilitados especificamente fizeram pedagogia em fins de semana, outros, história ou estudos sociais. É aqui que mora o perigo, segundo o humorista. Aqui o indício do que poderá ser o descalabro. Mal ensinada, nossa disciplina poderá ser desqualificada. E pior, pode veicular erros, preconceitos e idéias falsas. Vulgarizada, ela servirá para justificar a posição daqueles que a não queriam no Segundo Grau. São essas preocupações e perigos que queremos evitar nessa Semana de Estudo. (IBID, 1986, p. 17).

A partir desses eventos, novos encontros foram realizados no Departamento de Filosofia da USP, apoiados pela CENP (Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas da Secretaria de

Educação do Estado de São Paulo) e pela AFESP (Associação Filosófica do Estado de São Paulo) – Núcleo regional da SEAF-SP (Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas), com a mesma preocupação dos primeiros encontros em Santos, mas, agora, também, em discutir propostas de planos de curso para o ensino secundário, considerando, dentre as diversas áreas da filosofia, aquelas que seriam mais apropriadas, no sentido de fundamentais, para serem ministrados aos alunos. Os Encontros foram os seguintes:

- Aspectos do Ensino de Filosofia no 2º. Grau, no Departamento de Filosofia da USP, em 1984, com duração de 36 horas;
- Treinamento de Professores de Filosofia do 2º. Grau, no Departamento de Filosofia da USP, em 1985, com duração de 40 h.

Além disso, foi fundamental para uma análise crítica do trabalho filosófico em sala de aula, a elaboração, por parte de vários professores de Universidades do Estado de São Paulo, de textos acadêmicos elucidativos sobre a importância da Filosofia no ensino secundário. Destacamos alguns:

- Como se ensina o aluno a ler – Ezequiel Theodoro da Silva (Unicamp);
- O ato pedagógico e o ensino da filosofia; Considerações sobre o senso comum e o filosofar – José Luis Sanfelice (Unicamp);
- Filosofia e educação; História da Filosofia: centro ou referencial? – Franklin Leopoldo e Silva (USP);
- A filosofia no segundo grau (sua importância, sua especificidade) – Milton Meira Nascimento (USP);
- Proposta para o ensino da filosofia no segundo grau – Benedito Nunes (UFPA);

- O ensino da filosofia das ciências naturais no secundário – Caetano Ernesto Platino (USP);
- e outros mais.

Foram, portanto, os professores das Universidades que auxiliaram a elaboração de programas de ensino e refletiram, por meio da escrita, os primeiros textos metodológicos para o ensino da filosofia; hoje em dia, essas reflexões, por meio de textos científicos, aumentaram significativamente.

O motivo do Estado de São Paulo retornar a filosofia como disciplina do ensino secundário, entre outros, foi, justamente, a constatação da crise ocasionada pela reforma educacional de 1971 do governo militar no ensino secundário, na constatação da dificuldade de redação formal de temas gerais; da ausência de uma análise crítica da realidade social, econômica, política, científica por parte dos alunos; da dificuldade de aceitação da pluralidade de pensamentos etc. Mesmo que, às vezes, muitos acreditavam que a Filosofia seria a solução dos problemas do ensino secundário no Brasil, longe disso, ela, certamente, auxiliaria em muito o desenvolvimento das atividades cognitivas dos alunos, pelos seus métodos e exigências de um discurso lógico-formal e pela postura de buscar explicar a realidade por perfis distintos de uma explicação dogmática.

4 UMA BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE O ENSINO DA FILOSOFIA NAS CIDADES DE JOÃO PESSOA E CAMPINA GRANDE

As informações sobre o ensino de Filosofia no ensino secundário no Estado da Paraíba nos anos 80 e 90 do século passado, dão-nos conta que alguns colégios da capital João Pessoa, adotavam-na em

sua estrutura curricular, notadamente o Colégio Estadual Liceu Paraibano. Provavelmente, os professores formados em Filosofia eram oriundos do curso ministrado pelo Departamento de Filosofia da UFPB em João Pessoa.

Por sua vez, Campina Grande, teve, desde os anos 90 do século passado, algumas escolas pioneiras no ensino de filosofia. A primeira escola, a introduzir a disciplina de filosofia para todas as séries do 1º. e 2º. Graus foi o Colégio Regina Coeli. A professora responsável pelo desenvolvimento do Projeto e implantação da disciplina foi Lucinalva dos Santos Pereira, licenciada em Ciências Sociais pela UFPB de Campina Grande, orientada pelos Professores Oscar de Lira Carneiro (Departamento de Educação, Área de Pedagogia da UFPB – CG) e Ricardo Leon Lopes (Professor de Filosofia da Área de Filosofia da UFPB-CG). Essa experiência foi muito significativa, influenciando os demais colégios da cidade: Damas, Motiva, Lurdinas, a seguirem o mesmo caminho, convidando a Professora Lucinalva para ministrar a disciplina Filosofia nos dois primeiros colégios. O ensino da disciplina Filosofia, nesses colégios, desenvolveu-se com a utilização da História da Filosofia, por meio dos pensadores principais de cada época dessa história. Inclusive, o modelo adotado mantém-se até hoje em alguns desses colégios, devido à reputação conquistada de ser o melhor caminho a seguir, em contraposição a outras possibilidades, como o método de Lipmann. Esse, quando experimentado, foi rejeitado pelos alunos desses colégios, por terem maior afinidade com o ensino da filosofia via história da filosofia. Dessa forma, esses colégios, quando da obrigatoriedade do ensino da filosofia e sociologia no ensino médio, lei sancionada em 2008, não tiveram nenhuma dificuldade em ministrar o ensino de filosofia, devido, justamente, a experiência acumulada nos anos anteriores.

5 O RETORNO OBRIGATÓRIO DO ENSINO DE FILOSOFIA NO CURRÍCULO ESCOLAR BRASILEIRO

Embora o Conselho Nacional de Educação tenha, desde 2006, uma resolução que tornava obrigatória a Filosofia e o seu ensino, somente após 37 anos de luta, em 02.06.2008, o Presidente em exercício, José Alencar, sanciona a lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que torna obrigatório o ensino das disciplinas Sociologia e Filosofia, nas três séries do ensino médio, nas escolas públicas e privadas do Brasil. Feito realmente fantástico, porque desde o diagnóstico dos problemas de ensino dos anos 70 do século passado para a nossa época, as dificuldades dos alunos oriundos do ensino médio que chegam às Universidades têm aumentado significativamente, notadamente, no que se refere à escrita e formalização do pensamento quando instados a realizar qualquer atividade que exija a exposição de conceitos formais. Se, por um lado, o quadro é desalentador, há a esperança que a volta da Filosofia e da Sociologia ao ensino médio promova uma melhor análise crítica da realidade em que o aluno está inserido, por meio dos instrumentos metodológicos e de análise do mundo e seus fenômenos propiciados por ambas. Hoje, está mais claro de se perceber que a Filosofia não é o remédio para a cura de todos os males do ensino brasileiro, mas é, em conjunto com as demais disciplinas ministradas no ensino secundário, um estudo que permite o aluno a ter uma formação humanística, face aos vários pensamentos distintos dos filósofos nas várias escolas filosóficas, fornecendo uma hermenêutica filosófica que permita a leitura de textos filosóficos e outros, uma interpretação do mundo em suas várias facetas, promovendo o cuidado com a expressão oral e o discurso formal, a

fim de se evitar paradoxos, ambigüidades, bem como aguçando o sentido ético de pessoa e cidadão. Por outro lado, apesar dos avanços da formação de professores em Filosofia, além de artigos científicos refletidos sobre a prática de ensino de filosofia em sala de aula, ainda, enfrentamos desafios, tais como no século passado, no sentido de haver poucos professores qualificados para o seu ensino. Vemos, em vários colégios na cidade de Campina Grande, que por falta de professores qualificados, habilitados em educação física, música, biologia, economia e outras formações, ocupam a sala de aula ministrando a disciplina filosofia de maneira totalmente inadequada a sua disseminação; ou seja, por meio do comentário de notícias de jornais sem qualquer apego teórico, brincando de esconde-esconde, discursando sem qualquer meta ou fim; enfim, matando a filosofia e provocando uma reação de desgosto do aluno face ao que acredita ser o ensino de filosofia. Isso fica claro quando o aluno chega à Universidade e estuda, nos vários cursos ofertados pela instituição, uma disciplina filosófica ministrada por um professor formado em filosofia, e começa a comentar que acreditava que filosofia fosse algo totalmente diferente, como ele aprendeu anteriormente, fácil, subjetiva demais, sem necessidade etc. Ao perceber a dificuldade exigida pelos conceitos filosóficos tratados na disciplina que está cursando, desiste da disciplina, ou, não realiza um trabalho condizente em relação ao conceito que foi pedido, desesperando-se; muitas vezes, inclusive, porque não possui condições mínimas de uma escrita, não só no que diz respeito à formalidade exigida pela língua, mas por não saber refletir sobre a questão filosófica formulada e não ter leituras para a realização da escrita. Certamente, falta de leitura, de hábito de ler, agravada pelos tempos modernos, nos quais a comunicação oral e por computador são realizadas sem qualquer

preocupação com as regras mínimas da língua culta. Este tempo virtual, da internet, das várias formas de comunicação entre as pessoas, agrava, por descuido de muitos, o problema da leitura, da abstração, da escrita... Escreve-se abreviando palavras, sem qualquer preocupação com os vocábulos da “fina flor do Lácio”.

Enfim, mais do que nunca neste tempo de individualidades exacerbadas, imagens virtuais, crimes cibernéticos, de preconceitos diversos entre as pessoas, os povos, os pensamentos, a visão do mundo; do descaso da leitura de obras clássicas (do teatro, da literatura, da Filosofia), da preguiça do pensar o pensamento, da acomodação do celular, dos apetrechos de informática, que levam, no mais das vezes, as pessoas a teclarem mais do que pensarem mais, a Filosofia é necessária, mesmo que pareça muitas vezes, para muitos, algo sem sentido, expressado na desgastada pergunta: “Professor, para que serve a Filosofia?”. Às vezes, deparo-me com um Professor de Filosofia a responder: “Para nada, talvez, como, também, da mesma forma, a sua vida, o jogo de futebol que milhares assistem no campo ou pela mídia, o cantor que faz uma apresentação para milhares de pessoas, uma banda de rock que lota um estádio para 100 mil pessoas etc; tudo sem sentido, óbvio, em se dar importância e se acreditar na pergunta formulada pelo pequeno Rei que pergunta pela necessidade do trabalho filosófico”.

6 ALGUMAS CONCEPÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA FILOSOFIA E O SEU ENSINO

Há um livro bastante interessante: *Filosofia e seu ensino*, publicado em 1996, contendo concepções, de importantes professores de Filosofia, sobre a finalidade do ensino da Filosofia

nas universidades e, notadamente, no ensino médio, como é hoje denominado. Estes professores (da USP, da PUC-SP) com vasta experiência no ensino da filosofia e formadores de muitos acadêmicos na área, apresentam as suas ideias sobre o que consideram as maiores contribuições que o ensino filosófico possa propiciar aos estudantes que, possivelmente, terão o seu primeiro contato com o saber filosófico, conforme destacamos:

- a. O Professor Celso Favaretto (Docente de Prática de Ensino de Filosofia na Faculdade de Educação da USP) utiliza-se da bela concepção do Professor Gérard Lebrun (Professor do curso de filosofia da USP, formador da maioria dos professores da USP e dos que lecionam em várias universidades do Brasil, e, Professor de Universidades Francesas; infelizmente, hoje já falecido) que afirma:

Nunca acreditei que um estudante pudesse orientar-se para a filosofia porque tivesse sede da verdade: a fórmula é vazia. É de outra coisa que o jovem tem necessidade: falar uma língua da segurança, instalar-se num vocabulário que se ajuste ao máximo às 'dificuldades' (no sentido cartesiano), munir-se de um repertório de *topoi*, em suma, possuir uma retórica que lhe permitirá a todo instante denunciar a 'ingenuidade' do 'cientista' ou a 'ideologia' de quem não pensa como ele. Qual o melhor recurso se lhe apresenta senão tomar emprestado um discurso filosófico? (LEBRUN apud ARANTES *et. al.*, 1996, p. 79).

Ao analisar as afirmações de Lebrun pode-se enfatizar que:

- Um estudante iniciante na disciplina de

Filosofia não consegue compreender, sem um estudo mais abrangente da questão Verdade, o que seja o seu sentido. Portanto, o Professor deve fornecer, inicialmente e preponderantemente, as noções ou conceitos filosóficos fundamentais da história da filosofia, por exemplos: essência, existência, aparência etc, conforme o pensador trabalhado. Como decorrência do domínio desses conceitos, além de outros, o aluno estará apto a desenvolver a sua reflexão sobre os temas trabalhados, escrever sobre os mesmos, haja vista estar de posse de uma "língua da segurança" que o permita falar e pensar com mais propriedade, passo a passo, gradualmente, no sentido platônico e cartesiano, de subirmos a escada do conhecimento degrau por degrau, evitando, assim, o erro de querermos da base, ou seja, do início de um conhecimento, saltarmos para o topo, sem o devido acesso com cautela. Dessa forma, com o domínio dos conceitos trabalhados, com um *topoi*, ou seja, um lugar definido filosoficamente pelo conhecimento obtido, estar apto a realizar uma crítica de um pensamento retórico, que, às vezes, munido de beleza não reflete adequadamente o que se quer desvendar, estudar, pensar sobre um fenômeno do mundo ou da realidade humana. Entende-se que a filosofia é um discurso filosófico sobre realidades diversas que não se contenta em simplesmente "olhar as coisas", mas refletir as suas diversas possibilidades de apreensão, dependendo do sistema filosófico que estou utilizando. Não foi esse o papel de Sócrates, por exemplo, em Atenas: não aceitar qualquer discurso, mas um discurso mediado pela razão, ou

seja, no refinamento do conceito discutido, a fim de perceber as suas várias possibilidades de explicação, em busca, certamente, da melhor aproximação com o conhecimento mais aprimorado do mesmo, evitando a precipitação de aceitar algo abruptamente.

Favaretto, alicerçado no pensamento de Lebrun, acrescenta:

[...] os alunos, através da passagem pelos textos, conceitos e doutrinas filosóficas, aprender a “marcar o sentido de todas as palavras”, educando-se “para a inteligibilidade”, pois, “onde os ingênuos só vêem fatos diversos, acontecimentos amontoados”, a filosofia permite discernir uma significação, uma estrutura (1996, p. 79).

Antes, então, de criticarmos alguma proposição realizada por alguém, ou de um autor em filosofia, é necessário que tenhamos uma “língua da segurança”, ou seja, os conceitos filosóficos que nos permitam efetuar uma análise, do que está sendo lido ou proferido, para dialogarmos, dialeticamente, no sentido socrático-platônico, expulsando as proposições errôneas e nos elevando na busca do conhecimento em questão. Sobre o exercício da crítica, Favaretto acrescenta:

O pensamento crítico não provém, portanto, da simples discussão, ou da confrontação de posições contrárias, ou da doação de soluções pelo professor. A crítica pode ser avaliada pela capacidade dos alunos em formular questões e objeções de maneira organizada, estruturada (rigorosa) (ARANTES *et al.*, 1996, p.81).

É claro que isso só funciona com a apropriação do aluno de uma “língua de segurança”.

Por meio da leitura dos textos filosóficos vão sendo apreendidos os conceitos do autor em análise, cujo esforço de assimilação permite-lhe, ao atingir a clareza das noções trabalhadas, a crítica, seja ao sistema do autor, seja à realidade em que se insere. Mesmo que a experiência imediata do aluno seja importante, ou seja, o seu conhecimento de mundo (signos), seja de qual ordem for, ele só pode melhor expressá-la, notadamente, no sentido filosófico, com o conhecimento dos sistemas e respectivos autores (signos) que compõem a História da Filosofia. Conforme Favaretto: “O ensino torna-se, assim, processo de constituição do espaço de encontro de signos, possibilitando que o aprender se desenvolva pela exploração do atrito da linguagem na experiência” (1996, p. 84).

b. O Professor Ricardo Fabrini (Departamento de Filosofia da PUC-SP), também influenciado pela concepção de Lebrun, afirma que:

O ensino de Filosofia nos cursos de 2º. grau pode estimular a desmontagem das regras de produção dos discursos. O contato com o subterrâneo dos textos, com *as ordens das razões* e da *arte retórica*, pode armar os alunos de um “repertório de *topoi*”, de uma “grelha crítica” que amplie sua intimidade com a linguagem [...]. O importante é produzir um 'efeito de nomadização' do pensamento que evidencie o “deslocamento livre”, o “movimento fluido” da *palavra* [...] (1996, p. 88).

Fabrini, além de aspectos importantes, já explicados por nós anteriormente, ressalta a importância de se produzir um “efeito de nomadização” no estudante da disciplina Filosofia, no sentido de que ele esteja aberto para novas possibilidades de compreensão da realidade, a partir

dos textos filosóficos, sem que fique preso, arraigado à sua cosmovisão de mundo, impossibilitando, em decorrência, a busca de redefinições da realidade. Essa “nomadização” do pensar deve transcender os critérios de qualquer visão de verdade, universalidade e imutabilidade. Sobre isso ainda, segundo Fabrini:

A aquisição de uma *tópica*, de uma familiaridade prática com os signos que permite ao aluno dominar situações, dar forma, estruturar, impor determinadas relações de força, ou seja, *posicionar-se*, é o resultado do abandono de um espaço codificado, marca do pensamento *sedentário* que fixa uma verdade *a-histórica*. Com isso se descarta o pressuposto de que o discurso teórico com regras de produção viciadas por uma *razão soberana* exista em função de um *Absoluto*, ignorando o sentido plural, contingente, de abertura da história. O professor deve introduzir o aluno no pluralismo e polimorfismo dos textos [...] (ARANTES *et al.*, 1996, p. 88).

Sem dúvida, é fundamental o contato do aluno com a pluralidade do pensamento filosófico dos vários pensadores da História da Filosofia nas suas variadas formas, estilos, linguagem, etc. É essa abertura para o pensamento plural que possibilita uma maior riqueza na compreensão diversa do mundo e de seus fenômenos. Esse aspecto pode ser bem evidenciado na consideração de Fabrini:

O aluno, por seu lado, deve apreender que, no âmbito da racionalidade, cada filosofia possui “seus próprios critérios de validade e de objetividade, solidários com o restante de seus enunciados e em harmonia com a estrutura de todo o edifício. E sou uma “legitimação definitiva” é “possível encontrar respostas razoáveis e coerentes” aos diferentes problemas. (1996, p. 94).

Em adendo ao já explicado, é importante enfatizar a riqueza de uma filosofia, ou sistema filosófico de um autor. Por exemplo, a filosofia de Platão realiza uma interpretação do mundo, distinguindo um mundo denominado sensível e o mundo inteligível. Nessa há a preocupação com o conhecimento, a ética, a filosofia política, o filósofo, o belo, a justiça, além de tantos outros aspectos, culminando, na obra *A República*, Livro X, com a narrativa do mito de ER que consubstancia a teoria do filósofo sobre a transmigração das almas, ou seja, o fato de que as almas reencarnam ou transmigram do mundo inteligível para o sensível, num corpo físico que contém a alma. Nessa viagem realizada pela alma, ao deparar-se na planície de *Lethes* (esquecimento) com o rio *Ameles* (despreocupação), sedenta, ao beber a água do rio, ela se esquece do que viu (as essências de todas as coisas constantes no mundo sensível), impedindo-a de um reencontro mais acurado com o mundo inteligível.

- c. Finalmente, a fim de encerrarmos essas considerações, destacamos as seguintes análises da Professora Salma Muchail (Departamento de Filosofia da PUC-SP):

4Trata-se de perguntar pela pretensão que está suposta no realce que os cursos de filosofia imprimem à formação filosófica, através principalmente do reforço à leitura dos textos ou à história da filosofia. Nos cursos de filosofia, lê-se e ensina-se a ler. Lê-se com paixão cada filósofo [...] e na alternância sucessiva das paixões, vive-se a experiência cética, momento necessário à interrogação. A partir daí, nos horizontes da leitura e da reconstituição do pensamento lido, quer-se chegar à escrita e ao pensamento próprio [...] Faz-se história da filosofia não só para introduzir-se na filosofia como

para produzir filosofia. (ARANTES *et al.*, 1996, p. 74-75).

É, portanto, a leitura do texto filosófico que possibilita ao aluno o descobrimento do pensamento do filósofo em estudo, provocando-lhe um encanto na apreensão das noções filosóficas constantes na obra e a constituição de uma “língua da segurança”, levando-o a interrogar o mundo e seus fenômenos de uma nova maneira, diferente daquela que pensava anteriormente, abrindo as portas, caso tenha vontade e se esforce, para a possível elaboração de um pensamento autônomo. Dessa maneira, o ensino de filosofia, bem como o saber de forma geral, é a busca de um saber com sabor, tal como pretendia Roland Barthes, filósofo francês falecido nos anos 70 do século passado.

7 CONCLUSÃO

Houve um tempo no Brasil, lá pelos idos dos anos 60 a 80, com maior ênfase, que a Filosofia foi abolida da sociedade, notadamente, do ensino secundário, por se acreditar que ela produzia, pela sua forma de raciocínio, de análise do social e da vida humana, um grande mal: o de levar a pensar a realidade vivida, de maneira analítica e crítica, provocando uma subversão nos jovens. Como consequência, o silêncio abateu-se sobre aqueles que estudavam e acreditavam na importância do pensamento filosófico na formação dos indivíduos, Nietzsche, em seu tempo (1844-1900), criticava o ensino universitário da Alemanha, justamente por estar mais preocupado em informar os jovens do que formar (*bildung*), segundo o modelo da antiguidade clássica. Da mesma forma, como no Brasil, na cidade de Atenas, cuja maioria da população também não se preocupava com o trabalho filosófico, pelo risco do seu método, de sua análise

crítica da *polis*, da política, das leis, da religiosidade, Sócrates (morto em 399 a.C) foi condenado pela cidade a beber *cicuta*, por acusação de impiedade diante dos deuses da cidade, de criar novos deuses e de corromper a juventude. Mas o que fazia Sócrates? Cremos que um bem, ao mostrar, através de perguntas e respostas, às pessoas que diziam saber algo que, de fato, elas não sabiam. Mas demonstrar as fragilidades dos pretensos sábios, dos erros dos políticos, da falta de vontade da maioria dos cidadãos de buscar o conhecimento em detrimento da opinião, da má opinião, era um perigo muito grande, tal qual hoje. Mas, a Filosofia tem a sua vocação, que sempre a perseguirá, que é a busca do conceito claro, do conhecimento das causas, de uma ascese erótico-filosófica no sentido de Sócrates e Platão, de exigir um clareamento do discurso que está sendo feito, entre outros aspectos. Acreditamos, no campo mais técnico do trabalho filosófico, ou seja, na sua função, método e realização do estudo filosófico, nas concepções expostas pelos Professores Favaretto, Fabrini e Salma Muchail, sobre o ensino de filosofia para o ensino médio, notadamente no que concerne aos aspectos: apreensão, por parte dos alunos, de uma “língua da segurança”, possibilitando-os a entender, refletir e desenvolver um discurso formal sobre um conteúdo de um pensador ou da história da filosofia; da assimilação de uma linguagem e conceitos que possibilitem aos estudantes uma crítica da realidade vivida, dos discursos propalados pelos diversos agentes da sociedade; do desenvolvimento, a partir dos conceitos assimilados, de um pensamento *nômade*, ou seja, de uma fluidez de pensamento que permita aos estudantes compreender que a realidade pode ser explicada por discursos distintos, notadamente, o filosófico, pois favorece a uma crítica dos discursos; da ausência, diante da pluralidade de explicações da realidade, de uma

verdade *Absoluta*; da coerência do discurso e da estrutura lógica, sem contradição, dos diversos sistemas filosóficos, expondo a realidade ao seu modo; do exercício da leitura dos textos filosóficos para possibilitar a realização do fazer filosófico, e, finalmente, de um saber com sabor, ou seja, o professor de filosofia deve seduzir pelo conhecimento para que haja um novo conhecimento, produzido pelos alunos.

A filosofia continuará a sua missão, sem dúvida. Acreditamos que a missão filosófica, apesar dos grandes desafios enfrentados no passado e hoje em dia, no atual estágio da educação brasileira, virá a dar os seus frutos, desde que os professores de filosofia busquem empenhar-se para isso, já que, de 2008 para hoje, ainda é pouco tempo para o resultado do trabalho filosófico, que exige a paciência do conceito. Sem dúvida, os frutos vingarão.

PHILOSOPHY, EDUCATION AND EDUCATIONAL REALITY

Abstract

Our article analyzes the historical philosophy of providing the discipline in secondary education since the 60s to the 90s of last century, emphasizing an extremely difficult time in the history of Brazil, the 1964 military coup, and the consequences of this coup in society Brazil, among them the abolition of the philosophy of the school curriculum in the post-coup until 80. The prohibition of the teaching of philosophy was due to an educational reform made by the military government in 1971, which resulted in a failure, since it invested solely in vocational education, in which there was no room for the disciplines of humanity. In 80 years, given the difficult situation of secondary education, many Brazilian states return, so optional, with the offer of philosophy in the curriculum of this educational level in order to allow the students a critical reflection of the reality experienced by them as well to provide them with methodological tools, conceptual and logical, especially through the study of the thinkers of the History of Philosophy, for the development of a consistent formal writing. Finally, the discipline of philosophy, the possibilities of her performance in school, it becomes mandatory, according to Federal Law 9394 of December 20, 1996, enacted in 2008.

Keywords: Suppression of Philosophy. Teaching Philosophy. Requirement for teaching philosophy.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Paulo et al; LEOPOLDO E SILVA, Franklin; FAVARETTO, Celso; FABRINI, Ricardo; MUCHAIL, Talma T. **Filosofia e seu ensino**. 2ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: EDUC, 1996.

NIELSEN NETO, Henrique (Organizador). Prolegômenos à destruição do Ensino no Brasil, In: **O Ensino da Filosofia no 2º. Grau**. São Paulo: SEAF/SOFIA Editora, 1986.

TRAGTEMBERG, Maurício. **A delinquência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder**. São Paulo: Rumo, 1982.